

Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995)¹

Tradition, family and property (TFP): a catholic movement in Brazil (1960-1995)

Gizele Zanotto*

Artigo recebido e aprovado em junho de 2010

Resumo:

O artigo objetiva avaliar a importância da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) como grupo de pressão e como grupo representativo dos anseios de parte significativa da sociedade brasileira, identificada com o pensamento conservador. Para tanto, analisaremos a dogmática tefepista, o integrismo expresso em seu cabedal doutrinário, seus métodos prosélicos, assim como a pretensa anacronia da TFP ante a sociedade contemporânea.

Palavras-chave:

Tradição; Família e Propriedade (TFP); Integrismo Católico; Conservadorismo.

Abstract:

The aim of this work is to estimate the relevance of the Brazilian Society for Defense of Tradition, Family and Property (TFP) for their being a group of pressure as well as a representative group of the yearnings of a significant part of Brazilian society, linked to conservative thought. The TFP's dogmas, the integrism expressed in their doctrine, their proselyting methods, as well as the alleged anachronism of TFP in view of contemporary society are analyzed.

Keywords:

Tradition; Family and Propriety (TFP); Catholic Integrism; Conservatism.

1 Uma versão preliminar das considerações ora apresentadas foi proferida durante o IV Encontro Nacional dos Pesquisadores do Integralismo e III Simpósio do Laboratório de História Política e Social, realizado em maio de 2010, na cidade de Juiz de Fora/MG. Sugestões e críticas foram, na medida do possível, adidas a esta versão textual. Neste sentido, agradeço a todos os participantes pelo diálogo e contribuições. Grande parte das discussões que integram este artigo deriva da tese de doutoramento orientada pelo Prof. Artur César Isaia e financiada pela CAPES.

* Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). Contato: gizele@upf.br.

O QUE É essa sociedade civil anticomunista, constituída de católicos apostólicos romanos convictos e praticantes?

O QUE É essa organização que jamais calou nem cedeu terreno ante as investidas levadas a cabo pela “esquerda católica” e pela Teologia da Libertação para a conquista da opinião pública brasileira?

O QUE É essa associação cujos propagandistas, das mais variadas idades, na sua grande maioria:

- Não têm fazendas e são contra a Reforma Agrária;
- Não possuem casas ou terrenos e são contra a Reforma Urbana;
- Não possuem empresas e são contra a Reforma Empresarial? Idealismo em forma pura, que se julgava ter desaparecido?

O QUE É essa entidade constituída de pessoas das mais variadas classes sociais e que se portam com desenvoltura e cavalheirismo em campanhas nas grandes capitais, e depois não descuidam de visitar as menores vilas do interior?

Uma organização assim pode ser sumariamente etiquetada sem ser ouvida? Ou se trata de um fenômeno realmente novo, que resiste a qualquer tentativa de classificação convencional?

É quase sempre falho tomar uma palavra velha para qualificar a realidade nova.

Por isso, o melhor é analisar a TFP como ela é: em suas ideias, em sua atuação, em seus frutos.²

26 de julho de 1960, dia de Santa Ana, mãe da Virgem Maria, segundo o calendário católico. Nesta data, um grupo de leigos, liderados por Plínio Corrêa de Oliveira, registrou junto ao 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo uma nova associação civil, cultural e de caridade/assistência, sem fins lucrativos e extrapartidária, denominada Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Este artigo visa avaliar a importância desta entidade como grupo de pressão e como grupo representativo dos anseios conservadores de parte significativa da população brasileira. De pronto enfatizamos que nossa análise se limitará ao período de 1960 a 1995, momentos, respectivamente, da fundação da entidade e da morte de seu inspirador e fundador, Plínio Corrêa de

2 Sociedade brasileira de defesa da tradição família e propriedade. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em: 21 jun. 2002 (após a mudança da diretoria e do próprio site, em 2004 tais dizeres foram retirados da página da TFP na internet).

Oliveira. Tal delimitação também contempla o personalismo patente com que o mentor conformou, sistematizou e aplicou sua doutrina no cotidiano da entidade evidenciando tal vinculação intrínseca não só percebida de fora pelos observadores e interlocutores, mas reforçada no próprio discurso dos membros da entidade. Também delimitaremos as análises à faceta pública da TFP, evidenciada pelo seu discurso e prática, privando-nos de avaliar o aspecto privado desta instituição neste breve artigo³.

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo/SP em 1908. Sua militância católica iniciou nos anos 20 como integrante da Congregação Mariana na Paróquia de Santa Cecília, e se estendeu até seus últimos dias, tendo participado ativamente de atividades de inspiração cristã, como a fundação da Ação Universitária Católica – AUC na Faculdade de Direito, onde estudava (1929); a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC (1932); deputado federal na Assembleia Constituinte (1934-1937); diretor do jornal *O Legionário*, Órgão da Congregação Mariana de Santa Cecília transformado em porta voz oficioso da Arquidiocese de São Paulo (1933-1947); presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista (1940-1943); orientador e inspirador do mensário de cultura *Catolicismo* (fundado em 1951); fundador e presidente vitalício da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade TFP (1960-1995). Plínio Corrêa de Oliveira faleceu aos 86 anos na cidade de São Paulo em decorrência de um câncer de fígado, “em odor de santidade”, segundo seus sequazes⁴.

A partir da morte do líder, disputas acabaram reconfigurando os pólos de poder no interior da associação. Em jogo não apenas o controle administrativo, operativo, doutrinário e financeiro da TFP,

3 Aspectos da organização privada da TFP, como crenças, ritos e rituais, etc., foram analisados no capítulo III da tese de doutorado, assim como em artigos. Ver: ZANOTTO, Gizele. *Tradição, família e propriedade (TFP): As idiossincrasias de um movimento católico*. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. ZANOTTO, Gizele, *Reconstruindo as vivências: A memória emergente de um egresso da TFP*. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis, nº 12, p. 19-37. Julho 2004. ZANOTTO, Gizele, *Ortodoxias, heterodoxias: os tênues limites da religiosidade católica na TFP*. In: ISAIA, Artur Cesar (Org.). *Crenças, sacralidades e religiosidades*. Florianópolis: Insular, 2009. p. 103-122.

4 Ver: MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – um cruzado do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. INTROVIGNE, Massimo. *Uma battaglia nella notte: Plinio Corrêa de Oliveira e la crisi del secolo XX nella Chiesa*. Milano: Sugarco Edizioni, 2008.

mas também propostas de organização para o futuro da entidade. Um dos grupos é encabeçado pelos fundadores da TFP, denominados *Provectos*, e parte dos demais membros e simpatizantes defendem a manutenção dos estatutos tais como propostos pelo líder em 1960. Pautam-se na fidelidade à TFP de outrora e nas palavras e obras plinianas, ou seja, defendem uma tradição tefepista consolidada durante décadas de atuação. Um outro polo de poder se estabeleceu sob a liderança do então secretário de Plínio Corrêa de Oliveira, João Scognamiglio Clá Dias, que, fazendo amplo uso de suas prerrogativas e da proximidade com o mentor intelectual e espiritual dos tefepistas, tentou canalizar para si o “carisma pliniano”⁵. Também uma nova perspectiva organizativa estava em jogo, visto que este grupo defendia uma ala feminina e a aproximação com a Igreja Católica. João Clá Dias, segundo destacam egressos, tinha forte ascendência sobre os neófitos jovens da TFP e consolidou cada vez mais sua posição impondo-lhes liderança e fazendo crer que seria o novo presidente da entidade. Não obtendo sucesso junto aos *Provectos* para uma mudança estatutária que tornasse possível sua ascensão institucionalizada, Clá Dias passou a utilizar outros métodos, entre os quais a fundação de uma entidade paralela ao movimento mariano tefepista Vinde Nossa Senhora de Fátima, não tardeis! e que acabou por substituí-lo, a Associação Cultural Nossa Senhora de Fátima. Outra medida foi a criação do movimento eclesial Arautos do Evangelho (1997), no qual pôde imprimir sua marca pessoal de fato. Esta entidade foi elevada à categoria de Associação Internacional de Direito Pontifício em 2001, evidenciando sua legitimidade e força ante a hierarquia católica mundial.

Por meio de uma decisão judicial de 2004, uma alteração estatutária ainda controvertida em sua legitimidade recebeu aprovação da justiça e conformou nova liderança na entidade. De fato, o grupo que engendrou a assembleia que alterou os estatutos e elegeu nova diretoria estava sendo ocultamente conduzido por João Clá Dias, de modo que representou uma vitória para este grupo. Como os seguidores dos chamados *Provectos* recorreram à decisão judicial que

5 Consideramos o carisma a partir da perspectiva weberiana, como uma forma peculiar de poder, baseada em um dom especial, que fornece ao líder uma autoridade baseada, não no caráter sagrado da tradição, ou na legalidade e racionalidade de uma função, mas num dom, na capacidade extraordinária que possuem. Este dom se impõe aos discípulos no anúncio e realização de uma missão de caráter religioso, político, filantrópico, etc. WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3ed, Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 303. CARISMA In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de política*. 12ed, Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, vol. 1, 2002. p.149.

deu ganho de causa aos concorrentes, não temos ainda uma solução definitiva para o caso. Todavia, o que vemos nitidamente é que sob a administração oculta dos Arautos do Evangelho a instituição TFP teve paralisadas suas atividades e campanhas, confiscadas suas fichas e arquivos e desconfigurada sua imagem pública de entidade militante, intransigente e polêmica. A contrapartida foi rápida, a criação de uma contra-entidade denominada Associação dos Fundadores da TFP (AFTFP) pelos *Provectos* e seus sequazes ainda em 2004. Desta data em diante as campanhas, antes tefepistas de fato, passaram a ser levadas a cabo pela AFTFP, que se mantém paladina dos valores, ideário e organização preconizados por Plínio Corrêa de Oliveira.

Feitas tais ressalvas acerca da temporalidade de nossas considerações, destacamos que, estatutariamente, os objetivos expressos da TFP preconizavam enfrentar e barrar as investidas esquerdistas e progressistas e suas influências pretensamente deletérias para o Estado e a Igreja. Os tefepistas visam defender e estimular a trilogia tradição, família e propriedade, bem como animar a ordem temporal conforme os princípios evangélicos. Entre as formas de atuação da TFP temos manifestos, abaixo-assinados, reuniões de divulgação, publicações de obras devocionais e doutrinárias, programas de formação, caravanas de divulgação, retiros espirituais, *lobby*⁶, etc.⁷

No Brasil, a TFP articula-se a entidades afins que atuam em âmbito público ou privado e que são dedicadas a interlocutores diversos e/ou temáticas específicas. Entre elas destacamos: Agência Boa Imprensa, Frente Universitária Lepanto, Nascer é um Direito, Pró-Legítima Defesa, O amanhã de nossos filhos, revista Catolicismo, SOS Família, SOS Fazendeiro, Vinde Nossa Senhora de Fátima, não tardeis! No exterior, entidades co-irmãs e afins à congêneres brasileira foram sendo fundadas desde a década de 1960, evidenciando a força e a receptividade de suas propostas pelos cinco continentes. O destaque são as entidades fundadas nas Américas e Europa, tanto pela sua atuação expressiva, quanto pela manutenção temporal de várias décadas (muitas ainda existem). Todavia, é importante destacar que mesmo países com tradição católica minoritária como Filipinas,

6 Segundo egressos, a TFP (hoje AFTFP) mantinha um lobista oficial em Brasília, o senhor Nelson Ramos Barreto. Também tem relação próxima com deputados afinados a causas comuns, como Lael Varela (PFL), João Alves (PFL), Ricardo Izar (PTB), Romeu Tuma (PMDB), Erasmo Dias (PP), entre outros.

7 Sociedade brasileira de defesa da tradição, família e propriedade. Estatutos Sociais. Registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos – Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Comarca de São Paulo em 30 de setembro de 1960. [Registro de 30/janeiro/2004].

Índia, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia tiveram associações tefepistas ou afins atuantes.

Analisando a TFP brasileira, matriz da ampla expansão internacional do pensamento pliniano, fica patente que a criação e a atuação da entidade derivam de uma proposta pautada no catolicismo prosélito, assim como na defesa de valores preconizados pelo integrismo católico. Destarte, por tais vínculos, em termos analíticos, consideraremos a TFP como um *movimento católico*, categoria proposta por Pablo Richard e que contempla justamente as instituições confessionais que estão fora do espectro eclesial, ou seja, os movimentos católicos são estruturas (organizações, movimentos, grupos, etc.) explicitamente confessionais ou religiosas, mas não diretamente dependentes das estruturas eclesiais hierárquicas, nem derivadas ou representativas de uma identificação ou de uma relação de poder entre uma estrutura eclesial e outra de tipo social, política ou cultural⁸.

A compreensão do católico leigo como essencialmente militante deriva do revigoramento encetado, especialmente, pelo papa Pio XI (1922-1939), instigador do movimento eclesial denominado Ação Católica, que objetivava cristianizar as nações utilizando-se da atuação leiga como “extensão do braço da hierarquia eclesiástica”. Tal proposta prosélita foi marcante na trajetória de formação dos futuros fundadores da TFP. Já a postura doutrinária que preponderou entre o grupo deriva do chamado integrismo católico, autocompreensão⁹ sistematizada entre fins do século XIX e início do XX, quando de uma diferenciação interna do chamado catolicismo intransigente, pautado na oposição à modernidade e a qualquer concessão da Igreja a ela.

O intransigentismo sofreu um violento seccionamento em função da publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891), pelo pontífice Leão XIII (1878-1903). A interpretação desse texto gerou pelo menos duas leituras marcantes no campo católico: a primeira o recebeu com entusiasmo em prol da harmonia social pautada na aplicação da doutrina cristã e de maior redistribuição de riquezas, por meio da ação estatal ancorada nos princípios da justiça social – o chamado catolicismo social; a segunda leitura da encíclica recebeu o texto como condenação à moderna sociedade burguesa e conclamação à restauração de um

8 RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 11.

9 Optamos por trabalhar com a proposta interpretativa tefepista enquanto engajamento a uma determinada forma de autocompreensão de Igreja, entendida como uma das diversas maneiras de autoentendimento, uma imagem que a Igreja teve de si mesma em determinado período histórico. SAUCEROTTE, Antônio. As sucessivas autocompreensões da Igreja vistas por um marxista. *Concilium*. Nº 7, p. 906-914, 1971.

modelo pré-revolucionário, pré-burguês e confessionalmente cristão – o chamado (pejorativamente) integrismo. Tendo sido um termo designado pelos adversários, não foi imediatamente auto-referenciado pelo grupo, que se prostrava como tradicionalista. Todavia, com o passar do tempo o termo integrismo se consolidou como denominativo deste catolicismo intransigente e integral¹⁰.

Os principais elementos caracterizadores da doutrina integrista revelam sua adesão incondicional à tradição e ao papado. O integrismo parte da convicção de que a autoridade sacra para a qual se preconiza uma inerrância literal é o texto papal (de determinados pontífices!), e não a Sagrada Escritura. O zelo militante de religiosos e leigos defensores deste catolicismo é pautado pela defesa dos valores religiosos ameaçados de decomposição pelo nocivo efeito da modernidade, que é concebida como a síndrome antagônica à tradição que se quer preservar, ou, como a definiu Pio X, a “síntese de todas as heresias” (Encíclica *Pascendi*, 1910). Nesta sociedade moderna contaminada pelas síndromes desagregadora e laicizante, o único vetor legítimo com poder suficiente para interromper este processo seria a Igreja Católica hierárquica. Desta forma, para a efetiva restauração da civilização cristã (considerada como permeada e regida pela simbologia católica em todas as suas instâncias e instituições) é necessário um esforço pela reconquista ou manipulação do poder político pelos católicos, ou seja, visando à perpetuação de uma tradição declarada “imutável” e totalizante, os integristas estimulam uma recuperação do poder político para fins religiosos¹¹. Há que se fazer uma ressalva em relação à TFP: sua pretensão não é a tomada do poder político de fato, mas obter ascendência sobre os líderes do país para que estes imprimam em suas ações políticas as marcas do catolicismo integrista, visando tornar o temporal sempre mais propenso à salvação das almas. Nesta mesma direção, René Rémond afirma que o integrismo seria uma “ideologia da repetição”, visto que seus defensores preconizam a restauração de um modelo de sociedade e de Igreja, assim como um modelo de salvação, que articula o âmbito temporal e o sobrenatural em um conjunto significativo¹².

10 FOUILLOUX, Étienne. Integrismo católico e direitos humanos. In: ACAT. *Fundamentalismos, integristas: uma ameaça aos direitos humanos*. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 14 -15.

11 PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, USP – Curso de Pós-graduação em Sociologia, 1999. p. 189-190.

12 RÉMOND, René. L'intégrisme catholique. Portrait intellectuel. *Études*. Paris, Tome 370, nº 1 (3701), p. 95-105, janvier 1989. p. 97ss.

É importante mencionar que, além do confronto com os elementos externos à Igreja, o catolicismo integral também foi estruturado no confronto com outras correntes do próprio catolicismo, como o modernismo, o catolicismo social e o catolicismo liberal. Considerando tais autocompreensões de catolicismo como carentes de legitimidade, visto suas tentativas de algum tipo de diálogo, conciliação ou adaptação ao mundo moderno, os integristas posicionavam-se enquanto “legítimos” defensores das “verdades” da Igreja, de sua tradição imutável e da supremacia do espiritual sobre a efemeridade da esfera temporal. Neste sentido, um vínculo expresso com documentos oficiais da hierarquia e a retomada da doutrina contra-revolucionária católica como nortes para seu discurso estão na base da obra principal dos tefepistas. Escrito e atualizado pelo seu fundador, Plínio Corrêa de Oliveira, o ensaio “Revolução e Contra-Revolução” (1959)¹³ narra o processo multissecular de decadência da Cristandade articulado à teologia católica da história. Os vetores principais de tal processo estariam situados nos movimentos do Renascimento e Reforma (revolução religiosa), Revolução Francesa (revolução política), Revolução Russa (revolução social), acontecimentos de maio de 1968 (revolução cultural)¹⁴. O contraponto a este processo viria da atuação dos contra-revolucionários, os arautos da civilização cristã que pugnariam para circunscrever e eliminar a Revolução através de todos os meios lícitos. Os tefepistas integrariam as hostes contra-revolucionárias e sua atuação pública e privada visaria findar os laivos revolucionários e instigar a instauração de uma nova cristandade, uma nova “idade de ouro da fé”.

O apostolado tefepista fora dirigido especialmente para leigos, jovens e solteiros (exclusivismo masculino). Embora aceitasse membros casados, o ideal de um guerreiro da cristandade seria manter-se celibatário e totalmente devotado à causa, afastado das coisas mundanas, inclusive de sua família e amigos, em benefício de uma nova rede de contatos e articulações, a “família de almas” da TFP. Entre as estratégias utilizadas para atrair novos neófitos estavam o discurso anticomunista, a tese da defesa da civilização cristã ante a sociedade que a corrompe e destrói, a abnegação pessoal por uma causa maior e mais alta (pois sobrenatural), a ideia da eleição (os membros creem-se ungidos, especiais), a salvação. Todavia, como a própria categoria que optamos por nortear nosso trabalho indica, o movimento católico

13 A obra original foi publicada em 1959 no centésimo número do mensário Catolicismo. Em 1976 a obra foi adida de uma nova parte, analítica da revolução de 1968.

14 Ver: OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e contra-revolução*. Edição comemorativa ao cinquentenário da publicação. São Paulo: Artpress, 2009.

tefepista não deixou de agregar elementos e de integrar-se aos contextos diferenciados em que atuou. Uma das modificações incorporadas refere-se justamente ao público alvo a que se destina seu discurso proselitista. Inicialmente o foco inicial foram membros das elites econômica e política paulista; uma segunda etapa de recrutamento ampliou o raio de ação para contemplar também uma elite intelectual, e, por fim, a partir dos anos 80 vemos uma nova configuração proprietária de proselitismo ampliado, em todos os ambientes possíveis. Tal ampliação deve ser compreendida em conexão com o próprio crescimento e consolidação da entidade, bem como com a necessidade de manutenção de uma associação sempre maior e mais difundida nacionalmente.

De todo modo, qualquer perspectiva de recrutamento só atinge êxito se atinge um público propenso a aderir a alguma das bandeiras tefepistas ou a outro elemento constitutivo da semântica global¹⁵ que rege seu discurso, daí a ampla utilização de temáticas conservadoras visando atrair a atenção nas campanhas de rua e cursos de formação e recrutamento. Algumas das temáticas que mais mobilizaram campanhas por parte da TFP foram contra a reforma agrária; em defesa da família monogâmica e indissolúvel; contra o aborto; contra a imoralidade televisiva; contra o desarmamento de civis; contra o progressismo católico, contra o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a favor do agronegócio, etc.

Por defender tais propostas a TFP é tida por muitos como anacrônica e foi, em vários momentos, designada pejorativamente como seita¹⁶, movimento iniciático, milenarista, grupo fanático, aliciador de menores, paramilitar, nazi-fascista¹⁷, etc. Acreditamos que tais

15 Segundo Dominique Maingueneau, existe o que se denomina de semântica global que rege os discursos e que se materializa em vários gêneros e em vários sistemas semióticos, de modo que a identidade de um discurso passa a ser considerada para além da questão do vocabulário ou das proposições, mas também depende de uma coerência global que integra suas múltiplas dimensões textuais. Ver: MEDEIROS, Maria do Carmo Ivo de. *Duas leituras do Fórum Social Mundial: Caros Amigos e Catolicismo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 04.

16 Consideramos que a TFP apresenta elementos de uma lógica sectária, conforme a definição sociológica do termo. Todavia, aplicar o termo seita em si à entidade não contemplaria seu caráter extra-eclesial, visto que tal secção não se dá no seio da Igreja Católica de fato. Ver: ZANOTTO, Gizele, *Op. cit.*, p. 06.

17 As designações relativas a um suposto nazi-fascismo e ao caráter paramilitar que decorreria de tal proposta foram difundidas amplamente em razão da preparação militar visando à ação realizada em sedes da entidade. Tal atividade, para os tefepistas, visaria à defesa pessoal e institucional, em caso de agressão, e não instrumentalização para um ataque liderado pelos tefepistas. Segundo as informações que obtivemos de

concepções silenciam sobre a atuação político-social e cultural da entidade e em seus empreendimentos em prol de valores tradicionais. Da mesma forma, consideramos que tais definições apriorísticas e simplistas deturpam ou mesmo reduzem o movimento católico tefepista a concepções monolíticas ou restritas, desconsiderando a importância sócio-cultural de seus empreendimentos e lutas por uma sociedade hierárquica, patriarcalista, pautada na inviolabilidade da propriedade privada e em uma estrutura de privilégios, coadunada com a proposta política conservadora¹⁸.

O conservadorismo possui inúmeros matizes, variações e peculiaridades entre suas sistematizações e mesmo suas práticas. Destarte, consideramos o conservadorismo como uma doutrina política – consciente e funcional –, mas também como uma “forma particular de experiência e pensamento”, como “uma estrutura compreensiva de mundo”, seguindo a definição de Mannheim¹⁹. Esta concepção ampla dos sistemas políticos também é destaque na obra de Pierruci, que afirma: “mais que uma fórmula de governo, o pensamento, a mentalidade e a sensibilidade de direita articulam uma concepção global de sociedade e um modo de sociabilidade”²⁰, ou seja, tal concepção se difunde no campo metapolítico e das relações cotidianas, permeando pensamentos e ações individuais e públicas. Todavia, algumas semelhanças entre os vários conservadorismos são marcantes, não tanto em termos de conteúdos, mas de ideias-força. Assim, para compreender a atuação da TFP nos pautaremos nas análises da dogmática conservadora propostas por Robert Nisbet, na obra “O Conservadorismo”, evidenciando as nuances que o movimento católico visado atribui aos elementos elencados pelo autor, quais sejam: história e tradição, preconceito e razão, autoridade e poder, liberdade e desigualdade, propriedade e vida e religião e moralidade.

A história e a tradição representam uma dogmática que defende a história como experiência concreta, ou seja, é na confiança no valor da experiência, mais do que no abstrato, especulativo e no poder

gressos, era esta a proposta: preparar os tefepistas para defenderem-se de possíveis agressores. Também preparar-se para o futuro Reino de Maria, onde seriam os guerreiros da Virgem da instauração de uma nova era de benesses para os eleitos.

18 Partindo da perspectiva de Arno Mayer, consideramos a TFP como representativa da contra-revolução e seu líder como representante da reação. Todavia, em momentos menos críticos sua atuação se reveste de traços conservadores, visando à manutenção de prerrogativas constitucionais e culturais. Ver: ZANOTTO, Gizele, *Op. cit.*, 89ss.

19 MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 108.

20 PIERUCCI, Antônio Flávio, *Op. cit.*, p. 17.

dedutivo que o conservadorismo baseia sua fé na história. A história significa a persistência de estruturas, comunidades, hábitos e mesmo preconceitos. O conservador crê que tudo o que existe tem sentido porque demonstra um mesmo impulso fundamental de crescimento mental e espiritual; que há um desenvolvimento natural e orgânico que cria e aperfeiçoa todas as criações humanas, sejam elas materiais ou imateriais²¹. Para os cristãos – e tefepistas – a história é a manifestação de Deus no tempo, dotado de sentido e finalidade pelo cumprimento do plano divino; uma revelação continuada da essência de Deus no tempo (teofania); uma revelação continuada da verdade no tempo (epifania); a rememoração da Lei e Promessa e da expectativa do porvir (profética); salvífica pois se revela no tempo a promessa de redenção e salvação; escatológica por referir-se ao fim dos tempos; universal e completa, pois termina quando a Promessa estiver consumada²². Já a tradição se articula à história por representar o que se manteve das constituições dos homens do passado. A consequência imediata desta concepção de tradição é a consideração do presente enquanto o estágio mais recente de um crescimento contínuo e ininterrupto e da própria história como tendo um valor absoluto – inquestionável pela demonstração e pela valoração extremada da experiência. Neste sentido, Plínio Corrêa de Oliveira assevera: “a tradição é a soma do passado com um presente que lhe seja afim. O dia de hoje não deve ser a negação do de ontem, mas a harmônica continuação dele.”²³

A compreensão de preconceito presente no conservadorismo defende que este é a essência de uma maneira de conhecer, compreender e sentir, um tipo de sabedoria acumulada pelas gerações através da experiência. Em certo sentido, podemos considerar que os tefepistas filiam-se a esta ideia de um saber pré-concebido, pré-experimentado, que se difunde pela cultura, costumes e tradições – cristãs preferencialmente – e que, pela sua consistência prática e autoridade supratemporal, deve orientar as condutas e pensamentos. O essencial, neste caso, é a consideração de que este conhecimento difuso esteja orientado pelos valores, normas de conduta e concepções religiosas da Igreja, “Mestra da Verdade”. Em decorrência, a razão não orientada pelos preceitos da fé é considerada com receio, afinal, foi contra uma racionalidade

21 MANNHEIM, Karl, *Op. cit.* 122-124.

22 CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 71-72.

23 OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. TFP – Tradição. *Folha de São Paulo*, 12 de março de 1969. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/artigosfolhadespaulo.asp>> Acesso em: 30 out.2004.

totalizante que o conservadorismo e a contra-revolução católica se consolidaram.

A autoridade, definida como “poder estável, continuativo no tempo, a que os subordinados prestam, pelo menos dentro de certos limites, uma obediência incondicional”²⁴, compreende fenômenos sociais variados e difusos em todo o corpo social²⁵. Neste sentido, a autoridade seria interpretada no conservadorismo como uma cadeia de hierarquias sobrepostas, que ascenderia de níveis individuais e temporais e culminaria no sobre-humano, no poder espiritual, encadeando todos os seus níveis com base em “verdades” atemporais, teológicas ou históricas. Já o poder, que compreende “desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem”²⁶, representa a efetivação da autoridade sobre alguém, um grupo, associação, etc.

A ideia de liberdade, vinculada à de igualdade, difere fundamentalmente da formulação conservadora elaborada para contrapor-la, negá-la e deslegitimá-la. Para os conservadores há uma incompatibilidade essencial entre liberdade e igualdade que decorre das suas diversas finalidades: a liberdade visa à proteção do indivíduo e da propriedade da família (considerando os bens materiais e imateriais), já a igualdade teria por fim a redistribuição ou nivelamento dos valores imateriais e materiais de uma comunidade²⁷. A compreensão de liberdade dos conservadores irá retomar a noção de desigualdade natural entre os seres, salientando que a ideia de igualdade é antagonista à realidade empírica, portanto, carente de legitimidade.

Nisbet salienta a marcante presença, no ideário conservador, das concepções romana e feudal de propriedade, esta considerada, acima de tudo, como condição de humanidade e superioridade do homem

24 Tal compreensão de autoridade é atualmente questionada pela sua indefinição quanto à legitimidade do poder. Stoppino complementa que outra concepção, que define autoridade como um tipo particular de poder, “aquele em que a disposição de obedecer de forma incondicionada se baseia na crença da legitimidade do poder (...) o poder legítimo”, é mais difusa contemporaneamente entre os estudiosos da política. Em nosso trabalho, que contempla a gênese do pensamento conservador e sua dogmática mais difusa, opta pela primeira definição que compreende a autoridade como poder estabilizado visto que, para muitos conservadores e contra-revolucionários católicos, o poder deriva do supra-humano, portanto, as cadeias de hierarquias seriam modelos de ordenamento concreto moldados conforme a vontade de Deus e que teria se consolidado no período paradigmático da Idade Média. AUTORIDADE. In: BOBBIO, Norberto et alli (orgs). *Op. cit.*, pp. 88-90.

25 Idem, p. 89.

26 PODER. In: BOBBIO, Norberto et alli (orgs). *Op. cit.*, p. 933.

27 NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. p. 83.

em relação ao mundo natural²⁸. Os conservadores também retomam o discurso do direito natural à propriedade, que por extensão seria um direito de garantia da própria vida, pela relação entre terra, trabalho, produção, sustento, excedente, capital. Desta desigualdade natural entre os homens, decorre o princípio bíblico de que devemos amar ao próximo como a nós mesmos. Quem ama o próximo sofre com a desigualdade que é injusta, portanto, os cristãos praticam a caridade e auxiliam os que pouco têm para sobreviver. Mas, se temos o suficiente para viver e recebemos a justa remuneração pelo nosso trabalho, não temos o direito de deplorar o que as demais famílias têm a mais, já que isto incorreria nos pecados do orgulho e inveja, além de ferir o mandamento de Deus que preconiza a não cobiça às coisas alheias. Portanto, asseveram os tefepistas que há legitimidade na diferença de classes nos planos econômico e social, de que existem possibilidades de cada um ter uma existência digna e plenamente humana com as condições que lhe são próprias e, por fim, de que o bem do país passa pela necessidade de que esta desigualdade seja comedida e harmônica²⁹.

Segundo Nisbet, o apreço do conservadorismo político pela religião, e pela moralidade que deriva de seus preceitos e doutrinas, está relacionado com seu aspecto institucional, não propriamente com seu sistema de crenças religiosas e devoções. Os conservadores prezariam uma religião pública à qual seria devida lealdade e consideração, visto que, “em larga medida, o apoio conservador à religião baseava-se na crença bem fundamentada de que os seres humanos, uma vez que se libertem da ortodoxia estão sujeitos a sofrer uma certa perturbação, uma perda de equilíbrio”³⁰. Em sua análise sobre a valorização da religião e da moralidade pelo discurso conservador, Nisbet sublinha que para estes a religião se constituiria num pilar de sustentação para o Estado e para a sociedade. Neste sentido, suas funções principais seriam: pri-

28 Conforme destaca o autor: “Toda a essência da perspectiva conservadora sobre propriedade e da componente fortemente romano-feudal dessa perspectiva, encontra-se, evidentemente, nos costumes e leis de primogenitura e morgadio. Ambas eram destinadas a proteger o carácter familiar de propriedade, a impedir que se tornasse na posse, incerta e possivelmente transitória, de um só indivíduo. Quase tudo na lei medieval sobre a família e o casamento, incluindo a severa ênfase posta na castidade da mulher, o castigo terrível que podia ser imposto ao adultério pela esposa, veio de uma reverência quase absoluta pela propriedade, pela herança legítima da propriedade”. NISBET, Robert, *Op. cit.*, p. 98.

29 MAYER, Antonio de C. et alli. *Reforma agrária: questão de consciência*. 4ed, São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 20.

30 NISBET, Robert, *Op. cit.*, p. 121.

meiro, conferir certo caráter sagrado às funções vitais do governo e ao aparelho político e social como um todo; depois, considera-se que uma igreja estabelecida atuaria como controladora do poder do Estado, de qualquer de suas ações de poder arbitrário (mediador entre o Estado e a sociedade)³¹. O discurso tefepista preconiza que as benesses da estabilidade, sacralidade, moralidade e mesmo segurança garantidas com uma duradoura união entre Estado e Igreja são base para uma sociedade harmônica. Todavia, tais elementos teriam sido abalados pelos próprios laivos iniciais da Revolução³², ocasionando uma série infinita de prejuízos morais e religiosos, e, em sua esteira, políticos. Daí sua militância político-social pela reorganização do Estado e da sociedade sobre as bases de outrora.

Diante do exposto reforçamos que consideramos a TFP a partir de suas múltiplas dimensões constitutivas e que, nesta análise, nos detemos em sua atuação pública, respaldada na institucionalização como entidade civil; em seu caráter confessional, mas não-eclesial (movimento católico); em sua ação como grupo de pressão que se utiliza da identidade de muitas de suas propostas com a opinião pública nacional e que faz uso de tal expediente para mobilizar parlamentares e formadores de opinião (*lobby*)³³; por fim, uma entidade que faz uso

31 Idem, p. 118-119.

32 “O homem, pelas simples forças de sua natureza, pode conhecer muitas verdades e praticar várias virtudes. Entretanto, não lhe é possível, sem o auxílio da graça, permanecer duravelmente no conhecimento e na prática de todos os Mandamentos. Isto quer dizer que em todo homem decaído há sempre a debilidade de inteligência e uma tendência primeira, e anterior a qualquer raciocínio, que o incita a revoltar-se contra a Lei. (...) Tal tendência fundamental à revolta pode, em dado momento, ter o consentimento do livre arbítrio. O homem decaído peca, assim, violando um ou outro Mandamento. Mas sua revolta pode ir além, e chegar até o ódio, mais ou menos inconfessado, à própria ordem moral em seu conjunto. Esse ódio, revolucionário por essência, pode gerar erros doutrinários, e até levar à profissão consciente e explícita de princípios contrários à Lei moral e à doutrina revelada, enquanto tais, o que constitui um pecado contra o Espírito Santo. Quando esse ódio começou a dirigir as tendências mais profundas da História do Ocidente, teve início a Revolução cujo processo hoje se desenrola e em cujos erros doutrinários ele imprimiu vigorosamente sua marca. Ele é a causa mais ativa da grande apostasia hodierna. Por sua natureza, é ele algo que não pode ser reduzido simplesmente a um sistema doutrinário: é a paixão desregrada, em altíssimo grau de exacerbação. (...) Afirmamos tão-somente que o processo revolucionário, considerado em seu conjunto, e também em seus principais episódios, teve por germe mais ativo e profundo o desregramento das paixões”. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução... Op. cit.*, p. 56-57.

33 Segundo Tomás Barreiros, egresso da entidade, a TFP “não tencionava chegar ao poder senão no Reino de Maria, num quadro totalmente diverso. E não seria um poder político no sentido de assumir cargos de direção, mas influenciar de tal modo a esfera pública, que esse poder fosse maior do que simplesmente deter cargos”. BARREIROS,

de sua condição civil para atacar o dito progressismo católico e seus mais destacados representantes (associação civil de caráter integrista). Como tal, salientamos nossa percepção da importância da TFP como grupo de pressão, o que efetivamente não pode – e não deve – ser minorado para o entendimento ampliado da realidade histórica do país em suas correntes de opinião esquerdistas e direitistas (estas ainda carentes de maior atenção historiográfica).

Assim, mesmo que tais aportes doutrinários nos pareçam incoerentes com a propalada sociedade moderna, laicizada, progressista, etc., destacamos que denominar a TFP como medievalista é incorrer no equívoco de não avaliar a força de seu discurso, sempre ressignificado em função do contexto e dos anseios de então. Também é silenciar sobre sua capacidade de sensibilizar interlocutores e mesmo omitir os embates desencadeados pela sua atuação expressiva no contexto nacional. Como vimos argumentando neste texto, a TFP não pode ser reduzida a entidade “excêntrica”, descontextualizada. Sua força reside justamente na mobilização de temas e bandeiras caras à maioria da população brasileira. A atuação pública e o trabalho de *lobby* desenvolvido por tefepistas (após 2004 pela AFTFP) ainda são patentes entre a população e ante políticos conservadores. Portanto, acreditamos que entender este movimento católico torna-se essencial para a compreensão da história nacional na segunda metade do século XX. Retomando um pouco do discurso da própria TFP (anunciado em caráter claramente defensivo, mas mesmo assim próximo de nossas considerações), findamos com esta ressalva: “o melhor é analisar a TFP como ela é em suas ideias, em sua atuação, em seus frutos”.

Tomás Eon. Questionário: Vivência na TFP [Curitiba], 25 maio 2005. Questionário elaborado por Gizele Zanotto (enviado por email), p. 02.